

Sons e silêncios nas bibliotecas

Uma mão-cheia de ideias

Conferência RIBCA (Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura Pública do Cávado) 2023
Terras de Bouro, Portugal, 13 de outubro de 2023.

Edgardo Civallero

Introdução

Fui inicialmente convidado para este evento para falar um pouco sobre o papel das bibliotecas digitais na preservação dos sons dos povos indígenas do meu continente natal.

No início, tive dificuldade em falar sobre o assunto. Um problema de representatividade, acima de tudo —não sou indígena— mas também um problema de exotismo. Os mesmos desafios e inconvenientes que enfrentam os distantes (e bastante desconhecidos) povos indígenas da minha terra são enfrentados por muitas comunidades camponesas e rurais da Península Ibérica. Por que falar dos primeiros, quando podemos falar das segundas? Por quê, se o que eu ia dizer sobre os primeiros se aplica perfeitamente aos segundos?

Curiosamente, quando comecei a escrever esta conferência, com as questões antes referidas em mente, as minhas reflexões levaram-me a horizontes inesperados, horizontes cheios de muitas outras questões. Por que continuar a falar de bibliotecas digitais, se as práticas (e aquilo a que chamamos "inovação") estão também, e há muito tempo, noutros lugares? Por que falar apenas de documentos sonoros, ou da oralidade, se os documentos podem também assumir muitas outras formas, muitas delas esquecidas ou rejeitadas pelas bibliotecas? Não deveríamos falar também de colonização, de hegemonias e de grupos minoritários quando abordamos todas estas questões? Para onde vamos, ou queremos ir, com esta conversa? O que queremos alcançar ao colocar estas ideias em cima da mesa? Qual é o objetivo de falar sobre tudo isto?

Quando finalmente terminei de escrever, tinha uma tonelada de rabiscos e uma mão-cheia de ideias meio recuperáveis no papel. Estas ideias giravam em torno de sons e silêncios em bibliotecas e espaços semelhantes, sim, mas também tocavam no

colonialismo cognitivo e na resistência identitária. Eram ideias aplicáveis em qualquer contexto: não apenas com grupos indígenas latino-americanos, onde têm sido aplicadas há pelo menos duas décadas, mas também com comunidades rurais e subúrbios na Europa, ou com coletivos "minoritários" na América do Norte, para dar alguns exemplos fáceis.

São estas, portanto, as ideias que vou apresentar. Confesso que são ideias muito pessoais. Contêm mais dúvidas do que certezas, e pretendem apenas convidar-nos a refletir criticamente sobre o "por quê" e o "para quê" das disciplinas e profissões da gestão da informação, especialmente no domínio da memória social e da gestão do som.

E dos silêncios. Esses silêncios eternamente presentes em tudo o que fazemos.

A existência de "outros" espaços

A primeira pergunta que surgiu no meu "papel dos rabiscos" foi a seguinte: de que estamos a falar exatamente quando falamos de "bibliotecas"?

"Biblioteca" significa "contentor de livros". No entanto, na hora de ser e de fazer, alguns espaços de gestão do conhecimento e da memória (incluindo bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação e lugares intermédios e mistos — divisões artificiais do património cultural provocadas por disciplinas hiper-especializadas) decidiram deixar de lado estas definições dicionarizadas e estereotipadas — que acabam por ser verdadeiros "leitos de Procrustes". Hoje, estes espaços já não são apenas um reduto físico, com paredes e estantes. Ou um espaço ideológico de "civilização e cultura". Ou um espaço político-administrativo dentro de uma rede regional ou nacional.

Atualmente, estes espaços são locais de todos os tipos, físicos ou virtuais, onde o conhecimento e as memórias de várias formas têm a oportunidade de se ligar a uma comunidade — um grupo de pessoas, na sua concepção mais ampla.

Esta definição, esta ideia de "biblioteca", é ampla. Inclusiva. E, com isso, abriga sob seu teto uma diversidade avassaladora de experiências profissionais e socioculturais. Experiências que estão a acontecer às mãos de trabalhadores de bibliotecas, arquivos e museus, mas também de pessoas sem qualquer relação com estas áreas ou sem formação

nestas disciplinas. São estas pessoas as que têm desenvolvido correntes tão rebeldes e inovadoras como a arquivística *rogue* ou a museologia comunitária.

Esta miríade de experiências diversas que exploram oportunidades e possibilidades acontece na prática. Na realidade, lá fora. É o que vemos nas ideias e atividades de inúmeras bibliotecas populares, públicas, comunitárias, rurais, indígenas e escolares no mundo em geral e na América Latina em particular: desde bibliotecas móveis em lombo de burro até "casas do saber" com "livros vivos". A miríade inclui coleções áudio e audiovisuais exclusivamente digitais, bem como "círculos de conversa" onde o passado é recordado e o presente é pensado de viva voz. E muito, muito mais: por exemplo, os espaços que ultrapassam o "cultural" e se centram na resistência identitária, na luta política e no ativismo social.

Apesar da existência de tais espaços e práticas bibliotecárias, muitos manuais teóricos, materiais didáticos, políticas públicas, diretrizes internacionais e discursos no âmbito da biblioteconomia parecem estar situados longe dessas realidades. Insistem em ignorá-las. E, ao ignorá-las, condenam-nas ao esquecimento ou ao limbo, desacreditam os seus avanços, e chegam a criticar duramente qualquer discurso que se afaste da norma hegemónica.

É assim que se criam invisibilidades. E silêncios. Mesmo que, no final, seja o mesmo que apagar o sol com um dedo. Porque quando os nossos olhos se abrem, a realidade diversa, rebelde e criativa da biblioteca continua lá. Teimosa e sonora.

A existência de "outros" documentos

Associada à questão anterior, os meus rabiscos esboçaram uma segunda, diretamente relacionada: o que contêm estes espaços de encontro entre saberes e comunidades? De que falamos quando falamos de documentos?

Por "documento" entende-se qualquer objeto em que possam ser codificados os conhecimentos e as memórias de uma sociedade humana. Sociedades humanas que nem sempre utilizaram a palavra escrita, e muito menos a palavra impressa, para cumprir estas funções de transmissão.

Existe uma corrente pouco conhecida no seio das ciências da informação, designada por "documentalismo", que defende que qualquer —insisto: qualquer— elemento capaz de sustentar o conhecimento é um documento. Esta definição permite-nos incluir na categoria documental as cabaças gravadas dos Andes peruanos, os tecidos pintados da Amazônia, os penteados e escarificações das mulheres africanas, os colares de contas das planícies norte-americanas, os grafitos e os murais urbanos de todo o mundo e, sobretudo, a oralidade e os gestos — representados, nos últimos tempos, por muitos meios audiovisuais digitais.

Muitos espaços de gestão do conhecimento e da memória começaram, muito gradualmente, a incluir estes elementos diversos e plurais nas suas coleções. A inclusão de outros suportes e formatos é geralmente acompanhada pela inclusão de outras linguagens, geralmente sub-representadas nas bibliotecas, arquivos e museus, e por vezes ameaçadas. Todas elas representam as vozes e os pensamentos de muitos segmentos da sociedade que não viram as suas histórias ou conhecimentos refletidos nos formatos documentais dominantes (o livro, o artigo, a tese, a fotografia...). Ou viram-nos refletidos, mas não através dos seus próprios códigos e das suas próprias palavras.

Assim, para além das coleções textuais, foram acrescentadas coleções gráficas (rotuladas até há pouco tempo como "especiais") e coleções audiovisuais. Os sons e os silêncios acabaram por aparecer nos catálogos das bibliotecas como "documentos" de pleno direito. No entanto, a posição "documentalista" sofre a resistência de uma parte não negligenciável das instituições e dos profissionais das ciências da informação, cujo paradigma se centra insistentemente no livro e na leitura como principais expressões de preservação e transmissão da informação.

Uma posição que gera muitos silêncios e que acaba por ser (muitas vezes indesejavelmente) colonizada. E colonizadora.

Colonizações de bibliotecas

As minhas divagações e rabiscos conduziram-me infalivelmente à ideia controversa de "colonização". E à de "descolonização". Tradicionalmente, as bibliotecas (e todos os outros espaços de gestão do conhecimento e da memória) têm servido como espaços de socialização, aculturação e referência. São detentoras de "cultura", entendida como a

forma normativa (e refinada, e recomendada, e preferível) do património cultural (in)tangível de uma dada sociedade.

Na prática, as coleções das bibliotecas acabam por incluir apenas uma pequena parte deste património. Geralmente, a parte que foi impressa. Numa língua dominante. Com a voz dos vencedores, geralmente homens em posição de poder. E com as ideias hegemónicas: as aceites e aceitáveis. O "correto".

Tudo o resto é evitado, ou inacessível, ou não recomendado. Ou é completamente eliminado.

Ao aceitarem e seguirem este padrão, as bibliotecas acabam por se tornar espaços colonizados, herdeiros de uma história de bibliotecas / arquivos / museus geridos por interesses dominantes. Embora nos últimos tempos tenha havido um esforço consciente para eliminar estes preconceitos das coleções, estruturas e atividades das bibliotecas (por exemplo, através da inclusão de conteúdos produzidos por mulheres autoras, ou provenientes de espaços não académicos, ou por produtores indígenas e camponeses), nem sempre é possível, por uma longa série de razões que evidenciam, ainda mais fortemente, a colonialidade do sistema político, educativo e sociocultural.

E esta colonialidade, ativa ou passiva, é colonizadora. Porque, à semelhança de outros espaços —por exemplo, a escola—, a ação das bibliotecas em certos locais leva à invisibilidade, ao descrédito ou à eliminação pura e simples de práticas culturais tradicionais locais, como a história oral ou a oralitura, ou o uso de certas línguas e formatos documentais. Trata-se de uma colonização auxiliada, em grande medida, por um mercado editorial cuja forma dominante procura preservar as mesmas vozes e discursos na língua oficial, e por governos que desenvolvem políticas e estratégias nacionais / regionais que, por vezes, pouco mais fazem do que perpetuar o *status quo* e que, infalivelmente, respondem às suas próprias agendas ideológicas — que revelam uma perigosa deriva para os totalitarismos.

A implementação de bibliotecas, ou programas de leitura, ou coleções de livros de forma padronizada, geralmente do centro para as periferias e de cima para baixo, forçando modelos e ações que não são necessariamente necessários, é muito comum nos programas internacionais de políticas culturais e educativas — e é uma das formas mais

rápidas de eliminar a diversidade cultural, a tradição e a memória social de um território. E, com ela, a sua identidade e história.

E, dado que estamos a falar de um quadro em que a palavra escrita é a lei, os primeiros a desaparecer são os sons. E os seus necessários silêncios.

Silêncios entre sons

Finalmente os meus passos levaram-me ao mundo dos sons.

As tendências colonizadoras mais ou menos presentes nos espaços de gestão do conhecimento e da memória em geral, e nas bibliotecas em particular, levaram a que estas fossem lugares repletos de sons e silêncios. Que também podem ser entendidos como presenças e ausências.

Os silêncios são necessários. Contudo, em muitos casos, esses silêncios são demasiado abundantes e acabam por ser muito mais significativos do que os próprios sons. Refletem comunidades invisíveis, línguas mudas, histórias silenciadas, pensamentos desacreditados, pressões culturais e sociais, negligência, esquecimento sistemático e até perseguição e eliminação. Refletem intenções, conscientes e inconscientes. Refletem dívidas históricas.

Felizmente, refletem também caminhos possíveis a percorrer, memórias a recuperar, linguagens a reforçar, histórias a contar, lutas a vencer, resistências a manter, ideias a discutir, imposições a criticar...

A memória humana é um tecido feito de inúmeros fios, todos eles necessários. Esses fios podem ser uma história oral, uma pintura, a paisagem de um canto de bairro, o saber colocar uma semente no sulco, o tecer de um cesto, uma memória de migração, os arquivos de um sindicato de trabalhadores, um bilhete de comboio, o cartaz de um concerto ou de uma manifestação, uma nota num guardanapo, uma carta de amor, a gravação de um programa de rádio, e muito, muito mais. Uma memória feita apenas de livros, arquivos institucionais e artefactos de museu pertencentes a pessoas importantes é uma memória parcial, manipulada e cheia de buracos: um tecido roído pelas traças, pronto a desfazer-se, ou feito com tão poucos fios que não parece realmente um tecido. Nem funciona como tal.

Uma comunidade precisa da sua memória —de toda a sua memória— para construir a sua identidade e para elaborar isso que conhecemos como "história". Foram muitas as mãos que, em busca de poder, manipularam essa memória em seu próprio benefício: apagaram-na (chegando a queimar arquivos e bibliotecas, num fenómeno conhecido como "memoricídio") ou alteraram-na significativamente, retirando a possibilidade de ser de amplos sectores étnicos e sociais e condenando-os a viver um roteiro escrito por outros.

Um dos primeiros passos que têm sido dados, a nível internacional e especialmente na América Latina, para recuperar patrimónios, histórias e identidades, é abrir a biblioteca aos sons: à palavra falada, às canções, à música, às paisagens sonoras. Também aos silêncios: à ausência de fala em comunidades devastadas pela guerra, à falta de histórias em povos que esqueceram a sua própria língua. Os sons e os silêncios são elementos presentes não só na natureza que nos rodeia, mas também nas culturas de todas as sociedades humanas ao longo da história; de fato, mesmo nas sociedades urbanas mais "desenvolvidas" de hoje, a maior parte do conhecimento e das memórias ainda é transmitida oralmente. Gerir os sons é abrir a porta a uma outra conceição epistémica e cognitiva; é como dar um "passo atrás" e recuperar algo que sempre fomos — mas que tínhamos esquecido que éramos.

Assim, surgiram arquivos de tradição oral e de história local, canais de entrevistas digitais, programas de recuperação de línguas minoritárias, eventos com contadores de histórias tradicionais... A estes juntam-se todos os tipos de atividades musicais, visuais e artísticas. Este tipo de ações —ou de reações a um paradigma dominante centrado no livro e na leitura— torna clara a importância dos sons (e dos silêncios necessários e complementares) quando se pensa na biblioteca, no arquivo ou no museu... E tornaram-se assim a ponta de lança de um movimento que trabalha, sobretudo, a partir das margens —um conceito muito interessante que precisaria de uma conferência própria para o explicar— e que a partir daí procura recuperar "outras" formas de gerir o conhecimento e as memórias.

Este movimento está a avançar pouco a pouco, porque as disciplinas de gestão do conhecimento e da memória, infelizmente, também estão colonizadas. E nem sempre têm as teorias, os métodos ou as ferramentas para compreender, analisar ou gerir estes "outros" espaços, estes "outros" documentos, estas "outras" práticas...

Toda essa alteridade que, para dizer a verdade, é a maioria.

Conhecimento coletivo

O meu último rabisco levou-me a uma reflexão incontornável, com a qual gostaria de fechar esta conferência.

Toda esta diversidade epistémica, todo este património, pertence a todos.

É coletivo. Comunitário. E deve ser livre de apropriação, livre de obrigações para com a indústria editorial, e desprovido de analistas académicos e "explicadores" profissionais — aqueles que "traduzem" o conhecimento de um grupo para o resto da cidadania, ou "dão voz" a grupos que, curiosamente, nunca a perderam.

Encontrar conhecimentos tradicionais fechados a sete chaves em arquivos académicos, onde só podem ser acedidos por profissionais autorizados, ou encontrar programas de edição em línguas indígenas em que as comunidades produtoras dessas línguas não têm participação direta, não passa da enésima forma de colonização desses grupos humanos.

Nestes casos, o acesso aberto e o trabalho de base são ferramentas essenciais para desenvolver processos justos de gestão do conhecimento e da memória. O acesso aberto permite a ligação perfeita entre o conhecimento e a comunidade — que é o objetivo original de qualquer biblioteca, arquivo ou museu. E o trabalho de base permite criar e desenvolver atividades e serviços em conjunto com a comunidade. Compreender as suas características e as suas necessidades, as suas buscas e as suas esperanças. E os seus medos também. Sobretudo os seus medos.

E se essas preocupações, essas necessidades e expectativas significam que uma biblioteca, um arquivo ou um museu não são necessários, a vontade da comunidade deve ser respeitada. Mas pode muito bem acontecer que esse grupo humano não precise da biblioteca na sua definição oficial, padrão e hegemónica. Nesse caso, a biblioteca terá de evoluir: deixar de adaptar a realidade à sua estrutura, e adaptar a sua estrutura à realidade.

Isto é descolonização? Talvez. Embora eu prefira falar de um processo de apropriação dos espaços de conhecimento e de gestão da memória. O que implica sempre um processo de subversão.

No final destas ideias e destes rabiscos, resta-me a esperança de que estes caminhos, talvez rebeldes, talvez inovadores, nos conduzam a uma melhor compreensão dos sons e dos silêncios que povoam o nosso mundo, e de todas essas "outras" formas de saber e de recordar, de dizer e de sonhar.

E que nos levem a olhar para o "por quê" e o "para quê" daquilo que fazemos. Perguntas, estas, para as quais muitos de nós, ainda hoje, depois de tantos anos de trabalho, nem sempre encontramos resposta.

Algumas referências pessoais

Civallero, Edgardo (2020). *Apuntes sobre bibliotecas y Epistemologías del Sur*. [Pre-print]. <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/314.pdf>

Civallero, Edgardo (2020). De compromisos ciertos y rebeldías falsas. [Artigo]. *Otlet*, 1-2. <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/342.pdf>

Civallero, Edgardo (2020). *Una biblioteca en donde quepan muchas bibliotecas*. [Pre-print]. <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/289.pdf>

Civallero, Edgardo (2017). *Fondos orales y memoria urbana. Compromisos y urgencias*. [Conferência]. II Encuentro del Centro de Documentación del CNCA. Consejo Nacional de la Cultura y las Artes de Chile, Valparaíso, Chile. <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/187.pdf>

Civallero, Edgardo (2016). La biblioteca como trinchera. [Artigo]. *Fuentes, Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia*, 10 (45), 65-72. <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/143.pdf>

Civallero, Edgardo (2006). Quebrando el silencio: Bibliotecas, archivos y tradición oral. [Artigo]. *Código. Revista de la Facultad de Sistemas de Información y Documentación*, 2 (2), 27-35. <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/93.pdf>